

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR CODEFAT

ATA DA 81º REUNIÃO ORDINÁRIA DO GAP / CODEFAT

DATA: 18 de agosto de 2004

LOCAL: Sala de Reuniões da SE/MTE, 4º Andar, Esplanada dos Ministérios – MTE

PARTICIPANTES: Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior, Secretário-Executivo do CODEFAT; Guilherme Arruda Accioly, Representante Titular do BNDES; Vanessa Meirelles Barreto Chervenski, Representante Suplente do MPS; Marli Tiemi Gushiken, Representante Suplente do MAPA; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT; Luiz Fernando de Souza Emediato, Representante Titular da Força Sindical; Pedro César Aguilar Perez, Representante Titular da SDS; Sidiclei da Silva Patrício, Representante Suplente da CUT; Marco Antônio Reis Guarita, Representante Titular da CNI; Dagmar Maria de Sant'Anna Martins, Representante Titular da CNC; Octávio de Lazari Júnior, Representante Titular da CNF; Daniel Campos, Representante Suplente do Banco do Brasil; Mário Ricardo Ferreira Mattoso Maia, Representante Titular da Caixa Econômica Federal. **Convidado:** Mário Magalhães, Representante do FONSET.

1 **ABERTURA:** Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e quatro, no Ministério do
2 Trabalho e Emprego, teve início a 81ª Reunião Ordinária do Grupo de Apoio Permanente ao
3 Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – GAP/CODEFAT, sob a
4 Coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves
5 Júnior, que deu início à mesma, apresentando os Itens de Pauta. **ITEM 1 – Prestação de**
6 **Contas:** O Coordenador do GAP enfatizou o esforço da SubSecretaria de Planejamento,
7 Orçamento e Administração e da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, em
8 atualizar as prestações de contas do Abono Salarial, do Seguro-Desemprego e da Prestação de
9 Contas consolidada do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e passou a palavra ao Chefe de
10 Divisão da área do Abono Salarial, Sr. Márcio Ubiratan B. Jardim para apresentação do
11 **SUBITEM 1.1 – Abono Salarial, exercício 2002/2003: PIS e PASEP.** O Chefe de Divisão
12 apresentou um resumo da prestação de contas do pagamento do Abono Salarial, exercício
13 financeiro 2002/2003, disciplinado pela Resolução do CODEFAT nº 284, de 5 de julho de 2002,
14 alterada pelas Resoluções nº 293 e nº 371, de 08 de agosto de 2002 e 11 de abril de 2003,
15 respectivamente. Sobre o PIS, destacou que o Ministério do Trabalho e Emprego repassou à
16 Caixa Econômica Federal para o pagamento do benefício, R\$ 1.090.594.390,43, dos quais R\$
17 1.086 bilhão foi efetivamente gasto com pagamentos de aproximadamente 5,6 milhões de abonos
18 referentes aos exercícios de 2002 e 2003, 11.365 mil abonos dos exercícios anteriores, e 25
19 pagamentos por determinação judicial, sendo que o repasse efetivado gerou um saldo favorável

20 ao FAT de R\$ 4 milhões. Observou que a Nota Técnica nº 53, referia-se à remuneração de saldo
21 de recursos para pagamento do benefício, gerando uma receita financeira de aproximadamente
22 R\$ 9.400 milhões, recolhido à conta do FAT. Na tentativa de identificar os trabalhadores que não
23 haviam recebido benefícios, foram enviadas 774.381 malas diretas, com um custo para o
24 Ministério de R\$ 92.925,72, com o valor unitário de R\$ 0,12. Inquirido sobre o retorno obtido
25 com o envio das malas diretas, o Chefe de Divisão observou que a abrangência do recebimento
26 de Abono Salarial vinha aumentando a cada ano, alcançando, no exercício considerado, 93,65%
27 do público, enfatizando a dificuldade de localização dos beneficiários. Em relação à sistemática,
28 o Representante Titular da CNI, Sr. Marco Antônio Reis Guarita, destacou a necessidade de
29 verificação das informações prestadas, e sugeriu a inversão do procedimento, sendo feito
30 inicialmente o exame do relatório de gestão, para posterior debate sobre o assunto, alertando,
31 ainda, para a ausência de informação relativa à qualidade do desempenho no volume da
32 Prestação de Contas do PIS. O Coordenador do GAP manifestou discordância com relação à
33 sugestão, por se tratar de exercício do Abono Salarial de 2002/2003, sendo que ao
34 encaminhamento correspondia assegurar que o GAP fizesse sua manifestação sobre a prestação
35 de contas, consolidada pelo Ministério, ressaltando que essa atitude era importante, não só com
36 relação à dimensão física de desempenho dos programas, mas também aos aspectos financeiros
37 relativos à prestação de contas. O Representante Titular da SDS, Sr. Pedro César Aguilar Perez,
38 colocou a dificuldade de avaliação pelo GAP, tendo em vista as informações recebidas através
39 dos relatórios, citando que: 1) o FAT era vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego; 2) o
40 CODEFAT não dispunha de uma equipe de porte adequado para acompanhar as contas; e, 3), o
41 GAP não era um grupo constituído de profissionais especializados e de dedicação exclusiva.
42 Destacou que o trabalho do Grupo possuía uma intensa envergadura, com grande volume de
43 informações, inviabilizando uma avaliação criteriosa em uma reunião de uma hora. Pontuou que
44 foi o Ministro do Trabalho e Emprego e não o Presidente do CODEFAT, quem solicitou
45 prorrogação de prazo ao TCU, levantando a dubiedade de atribuições dos dois, havendo
46 necessidade de definir responsabilidades, sendo difícil recomendar a aprovação das contas do
47 CODEFAT, já que o mesmo não possuía uma equipe especial para tratar do assunto. O
48 Coordenador do GAP sugeriu a retomada daquele tema ao final da discussão da prestação de
49 contas, indagando da compreensão dos membros sobre as atribuições do Conselho Deliberativo
50 do Fundo de Amparo ao Trabalhador, definidas na lei que o criou. Esclareceu que o Conselho
51 estava vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, sendo responsável pela deliberação dos
52 programas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e pelo monitoramento e
53 apreciação de prestação de contas do Fundo, contando com um grupo constituído, com caráter de

54 assessoria, ao qual competia opinar e recomendar às suas respectivas representações posições em
55 relação a todos os itens de pauta que eram submetidos ao GAP e ao CODEFAT. O Representante
56 da CNI destacou o inciso III e IV, do artigo 3º que tratam, respectivamente, das competências do
57 Conselho: “Apreciar, acompanhar a aprovação na execução do plano de trabalho anual dos
58 programas a serem custeados com recursos do FAT, bem com os seus respectivos orçamentos”;
59 e, “Deliberar sobre as contas relativas à gestão do FAT, antes do seu encaminhamento aos órgãos
60 de controle interno para os fins legalmente estabelecidos”, ressaltando que os mesmos têm que
61 ser objeto de análise do Conselho, bem como a discussão da habilidade e capacitação dos
62 membros para fazê-lo. O Coordenador do GAP, citando a legislação, reiterou sua missão de
63 cumprir as obrigações regimentais, tratando a todos os membros do GAP como competentes para
64 emitir parecer não só sobre as prestações de contas, como também sobre o regimento e definição
65 do marco legal do Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Representante da SDS considerou
66 conflitante a definição de prazos para prestação de contas do FAT pelo Ministro, enquanto
67 competência do Presidente do CODEFAT. O Coordenador do GAP acrescentou que o Ministro
68 tinha a faculdade de se dirigir à Corregedoria e ao TCU, antes de se manifestar e submeter ao
69 Conselho uma prestação de contas, pois como principal responsável pela unidade ministerial, era
70 de sua alçada a gestão dos programas deliberados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador e a
71 preparação das prestações de contas a serem submetidas ao Grupo de Apoio e ao Conselho. O
72 Representante Titular da CGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, solicitou um
73 levantamento sobre o comportamento das metas relacionadas ao pagamento do Abono Salarial,
74 tanto PIS quanto PASEP, retroativo a três ou quatro anos, para ser apresentado na reunião do
75 CODEFAT, permitindo uma análise comparativa da evolução do alcance de pessoas
76 beneficiadas a partir da introdução do sistema de envio de mala direta, com a fragmentação das
77 informações para uma maior visualização, citando como exemplo, a colocação por região. O
78 Representante da CGT informou que o período de 2003 e 2004 apresentou o menor índice no
79 recebimento do benefício, no que foi corroborado pelo Chefe de Divisão do Abono Salarial, que
80 acrescentou que a melhor performance desde o início do pagamento foi justamente nesse
81 exercício, com 96,3% de recebimento. O Representante do FONSET, Sr. Mário Magalhães,
82 complementou que a evolução apresentava percentuais muito baixos, com 0,5% ao ano, mas que
83 já havia atingido um nível de abrangência bastante significativo. O Representante da CNI
84 questionou o percentual de 96,3%, citado à página 24 do Relatório de Gestão, divergente do
85 índice constante da página 18, de 95,2%, tendo em vista tratar-se do mesmo objeto. O
86 Coordenador-Geral Substituto, da Coordenação-Geral de Recursos do FAT - CGFAT, Sr.
87 Eugênio César Almeida Felippetto, informou que a divergência dos números era pontuada pelo

88 momento da coleta dos dados, acrescentando que o relatório de gestão transcrevia, da página 16
89 até a 23, o que constava do relatório do Plano Plurianual de Ações, elaborado durante o primeiro
90 trimestre. O Coordenador do GAP sugeriu a análise prévia da assimetria de informações, pelos
91 membros do Grupo, para uma eventual notificação, levando depois ao conhecimento do
92 Conselho. O Coordenador-Geral Substituto da CGFAT reforçou que as divergências surgiam no
93 momento de coleta e que, embora o relatório de Gestão não apresentasse um processo mais
94 detalhado sobre a metodologia ou a apuração de indicadores, apresentava um indicativo claro do
95 comportamento da execução do FAT, que vinha sendo trabalhado para passar ao processo
96 seguinte e melhorar a qualidade, a consistência e a validação das informações, além de
97 desenvolver indicadores e dados agregados para auxiliar na direção e construção das políticas
98 públicas de trabalho, emprego e renda, como principal papel do Conselho, enquanto órgão
99 colegiado e estratégico do Ministério. Na sequência, o Chefe de Divisão do Abono, abordou o
100 tema da prestação de contas do PASEP, exercício de 2002/2003, indicando o repasse do
101 Ministério ao Banco do Brasil, para pagamento de benefícios, da ordem de R\$ 230 milhões, dos
102 quais foram gastos R\$ 215.218.384,39 no pagamento de 1.148.644 abonos. Esclareceu terem
103 sido geradas receitas para o FAT, e recolhidas à sua conta, da diferença entre o valor repassado e
104 o efetivamente pago, da ordem de R\$ 14.781.815,48, devolvidos no dia 01/08/2003, e da
105 remuneração do saldo dos recursos disponíveis para pagamento, da ordem de R\$ 4.876.072,78.
106 O Banco do Brasil, no período de pagamento do exercício de 2002/2003, utilizou os recursos da
107 prestação de serviços no valor de R\$ 5.124.740,12, sendo: R\$ 2.397.264,96 referentes à
108 remuneração da tarifa unitária, no valor de R\$ 1,92, para identificação de 1.248.561
109 trabalhadores com direito ao benefício; R\$ 2.710.799,84, com a tarifa unitária de R\$ 36,00,
110 referente ao pagamento de abono a 1.148.644 trabalhadores; e, R\$ 16.667,16, pela emissão de
111 138.893 malas diretas, a um custo unitário de R\$ 0,12. O Chefe de Divisão do Abono,
112 considerando não haver restrições das áreas técnica e financeira à Prestação de Contas do Abono
113 Salarial, exercício 2002/2003 – PIS/PASEP, propôs o encaminhamento ao CODEFAT para
114 apreciação e deliberação quanto à sua regularidade. O Representante Titular da CNF, Sr. Octávio
115 de Lazari Júnior, indagou da realização de auditoria sobre os números apresentados pelo Banco
116 do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, relativos ao pagamento do PIS e do PASEP, ao que o
117 Coordenador do GAP respondeu serem objeto de auditoria pelo próprio Ministério do Trabalho e
118 Emprego, e posteriormente, por amostragem, pela Secretaria Federal de Controle. Sem mais
119 considerações, o Item foi aprovado para ser submetido ao Conselho. Em seguida, o Coordenador
120 do GAP passou a palavra ao Coordenador de Administração Financeira da CGFAT, Sr. Paulo
121 César Pereira de Souza, para apresentação do **SUBITEM 1.2 – Fundo de Aval para Geração**

122 **de Emprego e Renda – FUNPROGER, exercício 2003:** O Coordenador da CGFAT apresentou
123 o relatório de gestão do FUNPROGER, exercício de 2003, encaminhado pelo Banco do Brasil,
124 destacando a realização das análises de comportamento, remuneração, CCA's recebidas, receitas
125 do Fundo e avaliações referentes aos pagamentos e honras de avais. Com o relatório
126 devidamente ajustado, foi apresentada Nota Técnica da CGFAT, para apreciação e observação.
127 O Representante da CGT pediu esclarecimentos com relação à autorização de cobrança de
128 CCA's, questionando seu elevado valor, da ordem de 0,1%, tendo em vista a finalidade social a
129 que se destinava, e propondo uma discussão *a posteriori* do percentual estipulado para o
130 FUNPROGER. O Coordenador da CGFAT argumentou que o Regulamento do Fundo foi
131 aprovado em resolução do CODEFAT, e que o percentual foi elaborado a partir de cálculos para
132 verificar a rentabilidade do Fundo no longo prazo, alertando que o valor significativo, arrecadado
133 em 2003, deveu-se ao incremento do número de operações. O Representante da CNF questionou
134 sobre a evolução da carteira do Banco do Brasil de 2002 para 2003, e sua relação direta com a
135 maior inadimplência apresentada, o que foi confirmado pelo Representante do Banco do Brasil,
136 Sr. Daniel Campos. O Representante da CNI indagou a razão do percentual menos expressivo de
137 taxa de cobertura e distribuição dos recursos do FUNPROGER pelas diferentes formas de operar
138 os novos empreendedores frente a outros setores, sendo esclarecido pelo Representante do BB,
139 que a linha teve um período de carência maior e um volume de recursos reduzido. Em função do
140 voto favorável com ressalvas do Representante Titular da SDS, registrando a impossibilidade de
141 aprofundamento da análise no tempo disponível para avaliação, o Coordenador do GAP
142 manifestou-se sobre o compromisso das entidades, que indicavam as representações ao Conselho
143 e ao Grupo de Apoio, de exercer na plenitude as suas responsabilidades e compromissos no que
144 tangia à preservação do exercício do marco legal, circunscrito à lei do Fundo de Amparo ao
145 Trabalhador e ao Regimento do Conselho e do GAP. Completou, argumentando que, se
146 porventura o próprio perfil da representação no GAP não estivesse adequado às atribuições, isso
147 deveria ser objeto de discussão no âmbito do CODEFAT, porque suas entidades têm total
148 autonomia para indicação dos seus representantes. O Representante da CNI destacou que a
149 discussão não se referia à competência dos Conselheiros, questão cabível às instituições, mas sim
150 à qualidade da metodologia utilizada e à fragilidade da equipe técnica que dava suporte às
151 análises. A partir dessa observação, o Coordenador do GAP solicitou a identificação, nos
152 relatórios apreciados, de um conjunto de itens que qualificassem a análise da falha da equipe
153 técnica. O Representante da CNI citou a manifestação do Ministro ao Sr. Valmir Campelo do
154 Tribunal de Contas da União sobre a capacitação da equipe para a realização de análises e a
155 manifestação do Coordenador-Geral Substituto da CGFAT, e reiterou não estar em discussão a

156 gestão e a qualidade das iniciativas do Ministério do Trabalho. O Coordenador do GAP registrou
157 a objeção à manifestação do Representante da SDS, por não se tratar de assunto de pauta, e
158 sugeriu duas discussões em separado: a respeito do encaminhamento sobre as prestações de
159 contas e, após essa discussão, um debate sobre a estrutura da equipe. O Representante da Força
160 Sindical destacou as restrições feitas pelo TCU ao Conselho e ao item nº 1.2 da Nota Técnica da
161 Coordenação-Geral dos Recursos do FAT, que afirmava pelo segundo ano consecutivo: “Em
162 função das dificuldades de ordem operacional, devido ao baixo quantitativo de pessoal alocado
163 na Coordenação-Geral de Recursos do FAT, e, por se tratar do primeiro processo unificado para
164 as contas, foi solicitado prorrogação de prazo... e concedido...”, corroborando a insegurança dos
165 Conselheiros quanto à qualificação e quantitativo de pessoal da CGFAT, alertando para as
166 dificuldades operacionais de se gerir o maior Fundo social líquido do país, com patrimônio de
167 mais de R\$ 100 bilhões. Por fim, questionou como poderiam ajudar o Ministério a dar mais
168 segurança à Gestão, observando que o Conselho poderia deliberar em uma resolução para que o
169 Ministério, Governo e Estado criassem uma rubrica especial para dotar de capacidade a
170 Coordenação-Geral dos Recursos do FAT, visto que a mesma reconhecia sua incapacidade.
171 Finalizando a discussão, o Coordenador do GAP reiterou a autonomia dos membros do GAP
172 para recomendar aos Conselheiros manifestações de reprovação, aprovação ou aprovação com
173 ressalvas da Prestação de Contas e consolidou o entendimento do Grupo de que a Prestação de
174 Contas do FUNPROGER deveria ser submetida ao GAP e ao Conselho. Na sequência, o
175 Coordenador do GAP passou ao **SUBITEM 1.3 – Prestação de Contas do Fundo de Amparo**
176 **ao Trabalhador – FAT, exercício 2003** - O Coordenador-Geral Substituto da CGFAT,
177 primeiramente, destacou a pertinência das colocações, por ser um fórum que representava a
178 sociedade e desempenhava o papel além-Governo do controle social por sua própria
179 representatividade. Levantou a necessidade de equalização dos procedimentos, atualmente
180 voltados para fins lucrativos, sob a ótica da iniciativa privada, que compunham a maioria da
181 representatividade no Conselho, direcionando a busca de resultados para o cidadão e enfatizando
182 a função da Coordenação do FAT, de gestão orçamentária, financeira e contábil, para
183 implementar políticas públicas e programas sociais. Observou que a Coordenação-Geral de
184 Recursos do FAT era uma unidade vinculada estruturalmente à Subsecretaria de Planejamento,
185 Orçamento e Administração - SPOA, que detinha um papel importante dentro da implementação
186 e execução nas ações de Governo de forma sistêmica, visando o alcance da melhoria das
187 condições sociais, ao mesmo tempo em que exigia o cumprimento de normas para execução e
188 colocação dos programas como entidade e como órgão do Ministério. O Coordenador-Geral
189 Substituto se propôs, com auxílio e autorização da SPOA, a fazer uma rápida exposição, em uma

190 próxima reunião, do funcionamento do controle na Gestão Pública Federal, citando suas
191 instâncias, o interno, executado por um órgão vinculado à Presidência, através da Controladoria-
192 Geral da União, por meio da Secretaria Federal de Controle - SFC; e, o externo, do Poder
193 Legislativo, por meio do Tribunal de Contas da União. Alertou para a tendência ao modelo de
194 *accountability*, experiência da iniciativa privada que focava os resultados em detrimento dos
195 procedimentos e normas. O Coordenador-Geral Substituto da CGFAT destacou o papel da
196 Coordenação de dar conformidade aos atos, enfatizando a observância normativa e legislativa.
197 Reforçou o funcionamento do Ministério na questão estrutural: a Coordenação-Geral dos
198 Recursos do FAT voltada a questões financeiras, vinculada a uma Subsecretaria de
199 Planejamento, Orçamento e Administração, enquanto a implementação dos programas estava a
200 cargo das secretarias finalísticas do Ministério, especialmente a Secretaria de Políticas Públicas
201 de Emprego, e seus dois Departamentos, de Qualificação e de Emprego e Salário, que exercia a
202 função de Secretaria-Executiva do CODEFAT. Destacou a ausência de personalidade jurídica do
203 Conselho, da representatividade das entidades, do papel e do funcionamento com vinculação ao
204 órgão do Ministério, havendo execução integrada, interdependente, com forte cunho social das
205 ações e programas. Referindo-se ao primeiro processo de prestação de contas de forma unificada
206 do FAT, explicitou o desafio imposto para buscar maior transparência e colocar discussões,
207 como a necessidade de construção de indicadores que subsidiarão a complementaridade e a
208 implementação das políticas sociais, auxiliando no planejamento e na formulação de correlações
209 para auxiliar os Conselheiros em suas deliberações. Reiterou o desafio de trabalhar com uma
210 equipe restrita e durante um processo de reestruturação do sistema público. Na seqüência,
211 apresentou o funcionamento do controle da gestão pública do Governo Federal, citando o
212 objetivo do primeiro processo de prestação de contas, de verificar seu resultado financeiro,
213 apresentando um demonstrativo das receitas realizadas no exercício de 2002/2003, seu
214 comportamento e uma forma de variação entre um exercício e outro, devido aos juros recebidos
215 do BNDES e à remuneração do depósito extra-mercado. Citou a construção de indicadores na
216 tentativa de demonstrar a questão financeira: a) eficiência, dada pela relação da estimativa de
217 receita e do realizado, apresentando em 2003 o comportamento mais próximo ao que estava
218 estimado e realizado; b) eficácia, com a composição do patrimônio financeiro, pelas modalidades
219 de aplicações, indicando um crescimento da formulação de patrimônio da ordem de 12,6%; e, c)
220 efetividade, com a relação da variação do crescimento de patrimônio em função de
221 sustentabilidade de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda. Em relação ao
222 demonstrativo, fez uma referência positiva de que o Fundo vinha cumprindo seu papel e seu
223 dispositivo constitucional, buscando a preservação do valor, mantendo-se com o estoque e

224 variando acima dos índices principais de inflação. Fazendo referência aos principais programas
225 de Governo, com recursos do FAT, apresentou dados gerenciais de 1995 a 2003, para demonstrar
226 seu comportamento. Informou que o relatório de gestão trazia apenas dados de 2003, por ser
227 norma do Tribunal, e destacou como principais ações custeadas com recursos do FAT, o Seguro-
228 Desemprego, tendo como produto o trabalhador favorecido pelo pagamento do benefício; o
229 Plano Nacional de Qualificação – PNQ, antigo PLANFOR, que tinha como produto o educando;
230 a Intermediação de Mão-de-Obra, com o trabalhador colocado; o Abono Salarial, com benefícios
231 pagos; e os programas de geração de emprego e renda. Apontou uma tabela, dividida em dois
232 grandes grupos, um relativo às despesas integrantes do orçamento, associado aos benefícios,
233 qualificação, intermediação e abono; e outro na modalidade de aplicação de depósitos especiais,
234 que viabilizava os programas de geração de emprego e renda. Salientou o crescimento do
235 número de beneficiários, a diminuição na qualificação decorrente do próprio ajuste do programa,
236 o aumento do número de colocados, e a estabilidade dos depósitos especiais, com um maior
237 número de operações, tudo refletindo na gestão financeira. Destacou o fechamento do exercício
238 de 2003, com uma informação comparativa em valores atualizados, com base em 31 de
239 dezembro, com um patrimônio de R\$ 89,02 bilhões. O Representante da CGT solicitou
240 esclarecimentos, inicialmente, sobre o demonstrativo das receitas realizadas, em que o índice em
241 2002 foi da ordem de 338,7%, e em 2003, de 123,2%, questionando a razão da queda, e,
242 posteriormente, sobre o último ponto relacionado à restituição de convênios, com índice de 66%
243 em 2002, e de 259,3% em 2003. O Coordenador-Geral Substituto da CGFAT respondeu que o
244 indicador demonstrativo da eficiência na gestão financeira do Fundo apresentava uma relação
245 entre a receita estimada e a receita realizada, sendo que a primeira viabilizava a abertura de
246 crédito e compunha o orçamento. Esclareceu a discrepância entre os percentuais de depósitos
247 especiais, de restituições de convênio e de remuneração de saldos e recursos, do exercício de
248 2002 para o exercício de 2003, em função da receita haver sido subestimada para o orçamento de
249 2002, e a conseqüente necessidade de adequá-la para utilização em 2003, com as restituições de
250 convênios plurianuais, e também de ajustes de cronogramas de execução dos órgãos
251 descentralizados. O Coordenador do GAP acrescentou que, sobre a intermediação de mão-de-
252 obra em 2004, houve uma devolução de recursos pouco superior a R\$ 20 milhões, dos quais
253 aproximadamente R\$ 13 milhões corresponderam a um repasse do Ministério do Trabalho e
254 Emprego ao final de 2003, completando que, dada a ausência de tempo hábil para execução, a
255 decisão tomada de não prorrogar os convênios, acarretou uma parcela mais expressiva da
256 devolução na intermediação de mão-de-obra. O Representante da CGT pediu esclarecimentos
257 sobre o relatório geral, página 24, item “Qualificação Profissional do Trabalhador”, no quadro 5,

258 “Demonstrativo de Comportamento das Metas Anuais”, sobre o índice de execução do ano de
259 2003, de campanhas informativas sobre qualificação profissional do trabalhador, que foi de
260 150% em relação ao previsto, com nove campanhas realizadas, superando a previsão de seis,
261 observando que, apesar do aumento de 50% do volume das campanhas, os índices de execução,
262 correspondentes aos demais itens relacionados à Qualificação Profissional, ficaram muito aquém
263 das metas. Na página 25, no item Trabalho Legal, sobre o re-aparelhamento e modernização das
264 Unidades Regionais, solicitou maior clareza das informações, com especificação das categorias
265 de unidades atendidas, e realçou o expressivo incremento das ações de re-equipamento de
266 unidades regionais que, apesar de possuir uma fonte especial relacionada à contribuição sindical,
267 representou um aumento desproporcional em relação às demais ações com cunho social mais
268 forte, como o atendimento aos municípios no Plano Nacional de Qualificação - PNQ. Por outro
269 lado, destacou o bom desempenho das entidades privadas sem fins lucrativos, constante da
270 página 28, que executaram 99,2% das metas físicas, apesar da falta de recursos. Por fim,
271 passando à página 41, Quadro 11, no demonstrativo de quantidade de operações contratadas no
272 âmbito do PROGER por Instituição Financeira, questionou os baixos índices de participação do
273 BNDES e da Caixa em relação ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste. O Representante
274 Suplente da CUT, Sr. Sidiclei da Silva Patrício, cumprimentou a equipe do Sr. Eugênio
275 Felippetto pelo trabalho realizado e sua proposta de mudança de metodologia, buscando maior
276 clareza dos dados, bem como a divisão em dois momentos dos temas relativos à análise de
277 prestação de contas e à discussão de proposta orçamentária. O Representante da CNI fez um
278 registro, destacando o mérito e a qualidade da equipe, tecendo comentários sobre o relatório de
279 Gestão, no que se referia à devolução do patrimônio. Observou que a página 15 tratava da
280 preservação do patrimônio do Fundo, tendo em vista a identificação de crescimento dos valores
281 em termos reais de um ano ao outro, mas que era imprecisa e contraditória, frente a outras
282 observações do próprio relatório, como o reduzido crescimento do PIS/PASEP e a citação, à
283 página 31, do déficit estrutural do FAT, pela possibilidade de acarretar uma compreensão
284 errônea da realidade da evolução do Fundo. O Representante da CNI prosseguiu elogiando a
285 clareza da apresentação do relatório, com a discussão dos programas, acompanhada das metas
286 dos indicadores tecendo comentários sobre o PEQ, a partir da página 18, que traz a descrição do
287 programa 101. Apesar de identificar avanços no campo conceitual, a partir da prevalência de
288 noções como educação integral, formas solidárias de participação social e poder dado aos atores
289 sociais, o Representante da CNI denunciou a ausência de indicadores para tais programas e o
290 baixo índice de execução do programa de qualificação do trabalhador, ressaltando que o índice
291 colocado na tabela referia-se à meta realizada vis a vis a meta prevista. Nesse sentido, apontou a

292 questão finalística como o único item com bom desempenho: qualificação para pequenos e micro
293 empreendedores, qualificação para trabalhadores autônomos, qualificação para trabalhadores
294 desocupados e qualificação para trabalhadores sob risco de ocupação, com uma evolução de 11%
295 para 28%, entre o autorizado e o efetivado, questionando, em seguida, o bom desempenho do
296 item de Avaliação dos Programas Estaduais de Qualificação Profissional. O Coordenador-Geral
297 Substituto da CGFAT esclareceu que os índices destacados referiam-se à descentralização em
298 entidades privadas, que tinham desempenhos inferiores a municípios e estados. O Representante
299 da CNI solicitou, ainda, esclarecimentos com relação aos projetos mencionados na colocação de
300 valores transferidos para projetos especiais, sugerindo uma breve descrição do objetivo e do
301 desempenho de cada um no Relatório. Em relação ao Programa de Geração de Emprego e Renda
302 destacou o Quadro nº 9 da página 40, solicitando a inclusão de nota de esclarecimento,
303 qualificando e justificando o desempenho do Banco da Amazônia, haja vista sua incapacidade de
304 fazer frente ao proposto, ainda que tivesse começado a operar apenas no ano de 2003 e
305 necessitasse de um período de adaptação e integração aos programas do FAT. Solicitou
306 esclarecimentos, também, sobre o volume de operações do PROGER-Rural e o PRONAF,
307 questionando, na Gestão Patrimonial citada no item 4º, página 43, a taxa de crescimento
308 expressiva, observada na modalidade extra-mercado. Por último, à página 19, fazendo referência
309 ao Programa de Trabalho Legal, citou os indicadores, considerados pertinentes, e questionou a
310 taxa de regularidade em estabelecimentos, por considerar inadequada para medir o desempenho
311 do programa. O Representante da CGT apontou um problema de redação na página 18, no
312 Programa 101 de Qualificação, 2º parágrafo, onde constava: "... o Plano Nacional de
313 Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, criado em 1996, foi encerrado em maio de 2003,
314 tendo atendido 357 mil trabalhadores". Informou que o PLANFOR, de 1996 a 2003, treinou
315 cerca de 15 milhões de pessoas e que o índice apresentado de 357 mil, certamente se referia ao
316 novo Plano Nacional de Qualificação - PNQ, iniciado em maio de 2003. O Representante da
317 Força Sindical, corrigindo o número apresentado para 350 mil pessoas atendidas pelo PNQ,
318 cumprimentou a Coordenação-Geral dos Recursos do FAT pelo trabalho realizado, apesar da
319 limitação de estrutura e pessoal. Destacou a transparência e a franqueza com que o Relatório de
320 Prestação de Contas e a Nota Técnica foram redigidos, manifestando o reconhecimento das
321 dificuldades de ordem operacional e o cumprimento das resoluções e deliberações do
322 CODEFAT. Alertou para a falta de pessoal qualificado para atender ao mercado em expansão e
323 reiterou o desgaste do Programa de Qualificação Profissional, devido à falta de recursos, aos
324 complicados trâmites burocráticos, à insuficiência de recursos humanos qualificados e de
325 recursos materiais, além de infra-estrutura inadequada, o que teria inviabilizado o

326 desenvolvimento e a continuidade do Programa. Comparou a situação atual à realização, em oito
327 anos do governo anterior, da qualificação de 15 milhões de pessoas, representando 84% da meta,
328 em detrimento do baixo percentual visualizado a partir da nova gestão. Além da qualificação
329 profissional, ressaltou outros programas, que apresentaram dificuldades de execução e
330 cumprimento das resoluções do Conselho, devido à falta de implementação de suas ações, por
331 parte do Ministério. Considerando o patrimônio bilionário do Fundo de Amparo ao Trabalhador,
332 o Representante da Força Sindical retomou a questão do forte incremento das aplicações em
333 recursos extra-mercado e compras de título do Tesouro, quando os recursos deveriam ser
334 empregados na geração de emprego e renda e no amparo ao trabalhador, justificando a partir de
335 tais questões, a insegurança em aprovar integralmente a Prestação de Contas, o que refletia a
336 impossibilidade do Ministério em implementar as deliberações do Conselho. Concluindo,
337 destacou que iria solicitar os contratos de serviços com a DATAMEC, 002/2003, POI, 003/2003
338 e 006/2003, e com a Caixa Econômica Federal, 001/98, citados na página 45 e 46, da Prestação
339 de Contas, e os estudos e pesquisas nº 1.461 e nº 5.413, relacionados na página 25, apresentando
340 proposta ao Grupo para que o CODEFAT criasse uma rubrica para pagamento de recursos
341 humanos para gestão do Fundo com recursos próprios, e, em caso de impedimento legal, sugeriu
342 a alteração da lei para viabilizar a demanda. A Representante do Banco da Amazônia, Sra.
343 Elizabeth Carvalho de Pinho, esclareceu que a baixa execução destacada, decorreu da não
344 confirmação da expectativa inicial de equalização de safra para 2003 e 2004, de haver sido
345 disponibilizado apenas em setembro de 2003 os recursos para o PROGER-Urbano, no montante
346 de R\$ 30 milhões, e da falta de experiência e conhecimento para o alcance das metas. Por fim,
347 informou a iniciativa do Banco em estabelecer políticas, medidas, treinamento, e capacitação de
348 pessoal para reverter os indicadores apresentados. O Coordenador-Geral Substituto da CGFAT
349 teceu considerações sobre as solicitações de esclarecimentos quanto ao contido na página 15 e
350 informou que seria promovida adequação da redação sobre evolução patrimonial do FAT, no
351 intuito de incorporar eventuais ajustes no âmbito do GAP, fazendo uma reedição para
352 encaminhamento ao Conselho. Destacou o intuito da equipe em buscar transparência e construir
353 um país melhor, a despeito das limitações estruturais e financeiras para execução do trabalho.
354 Com relação à descrição de outros programas, que compreendiam os textos relacionados à
355 qualificação profissional do trabalhador, lembrou ser transcrição de um relatório já divulgado
356 pelas áreas finalísticas, sugerindo a estruturação de uma nova redação incorporando os ajustes
357 citados, em consonância com as referidas áreas, através da Secretaria Executiva do CODEFAT.
358 Na parte descritiva das tabelas trabalho legal e execução orçamentária, manifestou intenção de
359 incluir um esclarecimento sobre os índices com grandes variações, acatando a crítica sobre o

360 déficit estrutural, comprometendo-se a ajustar o termo. O Coordenador-Geral Substituto da
361 CGFAT informou que a demanda do Representante da Força Sindical, com relação aos
362 processos ou dados sobre os contratos de serviço, e a inclusão de objetivo e metas em relação a
363 projetos especiais, seria atendida pelo Departamento de Emprego e Salário. Por fim, fazendo
364 referência ao item nº 6 do Relatório, relativo aos processos de controle, falou sobre o estudo feito
365 dos tipos de temas que estavam sendo tratados no CODEFAT, observando a forte característica
366 do primeiro período de gestão sobre a alocação dos recursos, reforçando a implementação das
367 políticas e o crescimento da constituição de programas e de linhas em relação aos outros
368 exercícios. Concluiu, indicando a necessidade de um despacho, assinado pelos membros
369 presentes manifestando sua posição, a fim de subsidiar a apresentação ao Conselho, via
370 Secretaria Executiva. O Coordenador do GAP lembrou que os aspectos levantados na presente
371 reunião seriam objeto de tratamento pelas áreas finalísticas, para incorporação e discussão junto
372 ao Ministério, a fim de avaliar a pertinência da manutenção e encaminhamento das
373 recomendações dos membros do GAP ao Conselho. O Representante do FONSET teceu
374 considerações com base nas tabelas, dentro do escopo de prestação de contas, tendo em vista sua
375 relação com o desempenho, eficácia e efetividade. Considerou insuficiente a abordagem dos
376 indicadores de geração de emprego, evidenciando a ausência de dados de colocação de
377 trabalhadores no mercado de trabalho, nos programas de depósitos especiais, a identificação das
378 ações geradoras de emprego e promoção do equilíbrio social e da justificação do gasto pela
379 geração de empregos, sendo que atualmente o foco era a aplicação dos recursos do Fundo em
380 geração de programas e fundos de investimentos. Propôs dar uma destinação à parte dos recursos
381 financeiros, aplicados em extra-mercado, para gasto a fundo perdido nos programas do
382 CODEFAT. Alertou para a necessidade de revisão do conceito de déficit primário, que incluía
383 40% do BNDES, que em seu entendimento, fariam parte do patrimônio do Fundo. Destacou o
384 aparente superávit entre as despesas a fundo perdido e arrecadação primária, considerando que o
385 empréstimo do BNDES não era a fundo perdido. Finalizando, fez uma avaliação de mérito sobre
386 o desempenho maior na realização de recursos entre Estados e Distrito Federal, e um índice de
387 realização menor nos novos modelos, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos,
388 questionando a quantidade de trabalhadores que deixaram de ser treinados, com a redução dos
389 recursos. Enfatizou que a relação proposta pela prestação de contas entre eficácia e efetividade
390 necessitaria refletir-se no re-direcionamento das aplicações na nova proposta orçamentária. O
391 Representante da CGT destacou que o método deveria ser posto em uso, com uma formatação
392 modernizada, imprimindo eficiência, eficácia e efetividade. O Coordenador do GAP, concluindo,
393 abordou três aspectos gerais, registrando: 1) a iniciativa inédita de consolidar um relatório de

394 gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador, levando em consideração o tamanho, porte de
395 equipe, e a necessidade das equipes executoras de programas do FAT de dialogar sobre
396 parâmetros de análise, até então com uma dimensão de abordagem de eficiência, efetividade e
397 eficácia, focada na ótica financeira, em detrimento da parte física da execução dos programas,
398 realçando a consolidação do processo de construção do formato de relatório de gestão do Fundo
399 de Amparo ao Trabalhador e de indicadores de eficiência e efetividade dos programas a partir
400 das dimensões financeira e física, e futuramente qualitativa, da execução dos programas; 2) a
401 forma de encaminhamento das diversas contribuições, ou seja, as críticas e sugestões
402 apresentadas seriam encaminhadas às unidades finalísticas, responsáveis pela execução dos
403 programas arrolados no relatório em questão, para manifestação à Subsecretaria de
404 Planejamento, Orçamento e Administração e a Secretaria de Políticas de Emprego e Renda,
405 resultando numa segunda versão do relatório, a ser encaminhado pela Secretaria Executiva do
406 CODEFAT para apreciação do Conselho; e, 3) sobre a ausência de um indicador de emprego em
407 relação a depósitos especiais, observou que o Ministério do Trabalho e Emprego, em abril de
408 2003, propôs o desenvolvimento de iniciativas de mudanças em resoluções dos programas,
409 tendo-se decidido por discutir aspectos vinculados ao tratamento da problemática de emprego,
410 metodologia de estimativa e metodologia de aferição dos resultados de geração de emprego,
411 abordagens de impacto social e outros temas, relacionados a partir da constituição de um grupo
412 de trabalho, o qual foi aprovado recentemente pelo Conselho e estava em fase final de
413 composição e indicação dos membros pelos diversos ministérios e representações sindicais
414 envolvidas. Enfatizou a atuação da Secretaria-Executiva junto às representações, para indicar um
415 representante titular e um suplente, a fim de concluir a implantação do grupo de trabalho no
416 âmbito do GAP, gerando resultados a serem apresentados ao CODEFAT. Após questionar se
417 haveria alguma manifestação final sobre o Item, o Coordenador do GAP, informou que seria
418 feita a coleta das assinaturas dos membros presentes no despacho a ser encaminhado ao
419 CODEFAT e em seguida, passou a palavra ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e
420 Administração – SPOA, do MTE, Sr. Jadir Proença, para apresentação do **Item nº 2 – Pré-**
421 **Proposta Orçamentária do FAT, exercício 2005:** O Subsecretário Sr. Jadir Proença, iniciou a
422 apresentação da proposta orçamentária para 2005 informando, todavia não possuir os limites das
423 despesas obrigatórias, tendo como base uma pré-proposta, levada à SOF pelo Ministério do
424 Trabalho e Emprego, e o exíguo prazo para apresentação da consolidação das mesmas ao Palácio
425 do Planalto, com encaminhamento ao Congresso Nacional até o dia 31 do mês em curso.
426 Destacou que estavam trabalhando com um limite de R\$ 26,6 bilhões, passíveis de reajuste por
427 parte da SOF. Para custear as despesas de colocação de pessoal e benefício, indicou o percentual

428 de 4,3%, e que as demais despesas discricionárias do Ministério, contabilizavam, enquanto pré-
429 proposta, R\$ 710 milhões, dos quais 65% eram de origem do FAT, além de um montante de R\$
430 30 milhões para alocação no SINE e no PNQ. Observou que as despesas de funcionamento do
431 Ministério correspondiam a R\$ 306,74 milhões, sobrando aproximadamente R\$ 400 milhões
432 para aplicar nos programas. Dentre as despesas obrigatórias colocou o gasto do pessoal inativo,
433 superior ao do pessoal ativo, evidenciando dificuldades com o contingenciamento de recursos.
434 Ressaltou que foi tomado o ano de 2001 como base, indicando uma redução da ordem de 42,15%
435 em relação a 2005, o que explicaria as dificuldades encontradas para a execução de todo o
436 programa estabelecido. Usando um comparativo das despesas discricionárias do Ministério,
437 dividido entre as unidades orçamentárias, Ministério do Trabalho e Emprego, que era direto,
438 Fundacentro e o FAT, foi feita uma proposta de R\$ 1.460 milhões, havendo uma demanda
439 reprimida de R\$ 719 milhões, que representava 49% do que foi dado como limite, e que já estava
440 consolidada em termos do ajuste oferecido pela SOF, proposta esta, objeto de uma negociação
441 política do Ministro junto ao Presidente da República e à equipe econômica. Informou que os
442 recursos eram discriminados internamente, por parte do Ministério, apresentando melhoria na
443 área de atendimento do Seguro-Desemprego. Com relação à área de tecnologia de informação,
444 colocou haver uma demanda reprimida da ordem de 31,1%, indicando, também, dentro da SPPE,
445 uma demanda de 56,62% sobre as prioridades estabelecidas pela LDO, principalmente o
446 Primeiro Emprego e o combate ao trabalho escravo, que apresentava 64,6%, bem como as
447 despesas da SENAES, com a maior defasagem. Indagado pelo Representante da Força Sindical,
448 sobre as diferenças dos valores apresentados, o Subsecretário informou que se tratava de limites
449 preliminares, sujeitos até o dia da apresentação ao Conselho. Destacou que foi feito um
450 levantamento de 2002 para 2003, demonstrando uma queda na execução dos programas,
451 comparando com 2004 e 2005, com a determinação pessoal do Ministro de elevar
452 significativamente os recursos com qualificação de pessoal. Em 2004, o limite dado para o
453 emprego foi de R\$ 76 milhões, sendo realizado R\$ 88 milhões. Apesar da proposta enviada pela
454 SOF ser menor, atendia à determinação do Ministro, de colocar R\$ 298 milhões para
455 qualificação, com uma demanda reprimida de R\$ 248,5 milhões só naquela rubrica, ocorrendo o
456 mesmo com o SINE. Com a decisão de aumentar substancialmente os valores executados em
457 2004, foi feita a proposta de R\$ 130 milhões, recebendo R\$ 71,2 milhões, estando a demanda
458 reprimida em R\$ 56,7 milhões. Com relação ao Primeiro Emprego em 2004, o limite para
459 empenho foi de R\$ 117,7 milhões, com a proposta para 2005 de R\$ 480 milhões. Sobre o limite
460 da SOF, informou corresponder a R\$ 170 milhões, havendo, no entanto, uma demanda reprimida
461 de R\$ 300,3 milhões. Enfatizou que o SINE foi mantido, ao passo que a qualificação caiu e

462 continuava caindo de uma forma bastante acentuada, sendo que no ano de 2004, o percentual do
463 limite de empenho de 66,6% não foi alterado. Observou que a proposta do FAT para o ano de
464 2003 foi de R\$ 101,3 milhões, e o ajuste ao limite da SOF correspondeu à metade, R\$ 53
465 milhões. A PED teve no ano passado R\$ 5 milhões, não sendo muito alterado o limite de
466 empenho. No total, esse limite, que era de R\$ 89,8 caiu para R\$ 71,2 milhões. Destacou que os
467 valores apresentados podiam sofrer alterações, pois eram de discriminação interna por parte da
468 SPPE. Destacou que a política de orientação do Governo penalizava as despesas de custeio,
469 prejudicando o Ministério do Trabalho e Emprego e o FAT em suas ações. Observou o
470 contingenciamento de recursos a partir de fevereiro, indicando uma queda acentuada, contudo as
471 despesas discricionárias poderiam ser alteradas mediante as necessidades apresentadas pela
472 demanda. Nesse sentido, indicou a mudança de algumas novas ações, devido à revisão do PPA,
473 recentemente aprovado no Congresso Nacional, com orientação clara do Governo de cumprir o
474 programa aprovado pelo Presidente da República, no sentido de aumentar as despesas de
475 Governo em investimentos, em detrimento de despesas de custeio, acompanhadas de uma
476 política rígida de ajuste fiscal. Colocou a mudança da organização das metas de Governo no
477 PPA, de aspectos financeiros para indicadores de metas físicas, que permitiam informações e
478 explicações mais concretas para subsidiar a tomada de decisão no Conselho. Fazendo referência
479 às reclamações dos Conselheiros, corroborou com as opiniões manifestadas e enfatizou o
480 empenho da Subsecretaria em melhorar as condições de trabalho. A respeito da estrutura da
481 CGFAT, indicou a viabilidade política de alterar a legislação que regia o Fundo de Amparo ao
482 Trabalhador, com vistas a permitir aporte de pessoal capacitado, dos agentes financeiros
483 BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para o desenvolvimento daquele trabalho,
484 destacando a função do relatório apresentado, de persuasão ao convencimento das partes na
485 aprovação da medida. O Representante da Força Sindical argumentou que o Presidente da
486 República deveria tomar conhecimento detalhado da proposta orçamentária, a fim de tomar
487 providências para garantir crédito suplementar à manutenção dos programas do CODEFAT.
488 Relembrou, quando de um encontro ao final do ano, juntamente com os Ministros Guido
489 Mantega e Jacques Wagner, do compromisso verbal do Presidente de garantir suplementação
490 para evitar cortes e demissões junto ao SINE, que corriam o risco de fechar por falta de verba.
491 Observou a pertinência do Governo em alocar recursos para investimento e pagamento da dívida
492 externa, reiterando, entretanto, a relevância da manutenção da estrutura em funcionamento.
493 Destacou nos índices apresentados, o aumento de eficiência do Sistema Nacional de Emprego
494 mesmo frente à redução de recursos. Em resposta, o Subsecretário da SPOA, informou que o
495 Ministro do Trabalho e Emprego, no dia 05 de agosto de 2004, através do Aviso nº 174, por

496 intermédio do Ministério do Planeamento, informou ao Governo sobre a questão orçamentária
497 do Conselho. O Representante da Força Sindical considerou pertinente a informação, mas
498 reiterou a necessidade de notificação direta ao Presidente da República. No caso da qualificação
499 profissional, manifestou entendimento de que o Programa com recursos do FAT em razão da
500 insuficiência de fundos e conseqüente inviabilidade de implementação, tornou-se praticamente
501 extinto, sugerindo não consignar recursos ao programa nesse orçamento, mas sim destiná-los à
502 manutenção do SINE. A respeito do Programa Primeiro Emprego, considerou precipitado alocar
503 recursos na fase inicial, propondo aguardar os resultados para avaliar a pertinência de
504 investimento. O Representante da Força Sindical questionou, ainda sobre a qualificação
505 profissional, o significado de “identificação e disseminação de metodologias e tecnologias
506 sociais de qualificação”. Pediu esclarecimento sobre o apoio à implementação das políticas na
507 área de trabalho, e indagou se o item “modernização e melhoria no atendimento, o sistema e
508 processos integrados de atendimento ao cidadão e avaliação da satisfação do atendimento” foi
509 substituído pela Ouvidoria Geral, identificada como serviços de interação com cidadão e usuário.
510 Referindo-se às campanhas publicitárias, e ponderando sobre a escassez de recursos, considerou
511 imprudente realizar campanhas de propaganda, mas apoiou a relevância de desenvolver
512 publicidade de utilidade pública, sugerindo a alocação de um montante mais significativo, ao
513 invés de dotar quantias menores, distribuídas entre as modalidades de campanhas publicitárias.
514 Por fim, criticou o corte expressivo de recursos para estados na proposição apresentada, alegando
515 a impossibilidade de se deliberar uma proposta com tal distribuição de fundos. O Subsecretário
516 da SPOA, lembrando tratar-se de valores referenciais, comentou o encaminhamento da discussão
517 ao Congresso Nacional, indicando a possibilidade de questionamentos naquele fórum. O
518 Representante da Força Sindical retrucou que no Congresso Nacional eram apreciadas emendas
519 de deputados que não eram atendidas, e que caberia ao Conselho aprovar uma proposta que não
520 inviabilizasse as ações de amparo ao trabalhador. O Subsecretário comprometeu-se a responder
521 às questões técnicas colocadas, e acrescentou a postura do governo de manter um
522 comportamento institucional e responsável. O Representante da CGT argumentou que, em
523 termos de apropriação de rubricas, caberia ao CODEFAT examinar, e ao GAP orientar, e que a
524 proposta apresentada não corresponderia às intenções políticas de alcance de metas.
525 Manifestando discordância do Representante da Força Sindical na questão de zerar uma rubrica,
526 chamou a atenção para a dificuldade de atingir a expectativa de concluir o período de 2005 sem
527 sofrer contingenciamento, em função dos cortes impostos historicamente pelo Congresso
528 Nacional às propostas orçamentárias do CODEFAT. Solicitou detalhes da reunião realizada com
529 o Ministro da Fazenda, Sr. Antônio Palocci, ressaltando o trabalho do Conselho de defender a

530 proposta apresentada pelo FAT nas principais rubricas e lembrando a necessidade de alteração
531 em alguns itens. Com relação a isso, criticou a forte ênfase dada em âmbito governamental à
532 economia solidária, em detrimento da qualificação de trabalhadores para a manutenção do
533 emprego e incremento de renda. Fez referência ao decreto que deu ao Ministério do Trabalho e
534 Emprego a responsabilidade sobre a gestão dos recursos, oriundos da contribuição sindical, para
535 o funcionamento das unidades regionais, cuja utilização tem que ser informada ao CODEFAT,
536 observando o avanço de R\$ 40 para R\$ 63 milhões, que foram propostos pelo FAT e mantidos
537 pela SOF. Outro ponto destacado pelo Representante da CGT foi a necessidade de discussão
538 sobre a definição na Constituição Federal das funções ou atribuições a serem financiadas com
539 recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, além dos benefícios constitucionais normais,
540 alertando para a inconstitucionalidade da não aplicação daqueles recursos por parte do Governo.
541 Referindo-se ao item campanhas publicitárias, manifestou concordância com a colocação do
542 Representante da Força Sindical, no sentido de que os recursos disponibilizados eram
543 insuficientes para alcançar o cidadão comum, o qual não teria como acessar os meios de
544 comunicação em massa. Sobre o SINE, destacou que a manutenção do montante de R\$ 1,2
545 milhões para os municípios, significava não atender à perspectiva de realização e inviabilizar as
546 ações naquele âmbito. O Representante da CGT ressaltou, ainda, que o PNQ criado em
547 substituição ao PLANFOR, com nova metodologia e desenho, buscando romper paradigmas, não
548 contava com a credibilidade do Governo Federal, que, portanto, estava falhando em sua
549 proposta. Nesse sentido, indagou sobre a forma de encaminhamento do tema junto às entidades e
550 estados que não possuíam orçamento para qualificação e formação, e estavam no aguardo de
551 recursos do FAT, sem receberem o suficiente para a realização das ações previstas.
552 Argumentando que com o crescimento do país a oferta de emprego qualificado também estaria
553 aumentando, atribuiu ao Conselho a responsabilidade pela falta de qualificação dos
554 trabalhadores, e expressou a expectativa de utilização de tais argumentos para reivindicar ao
555 Ministério e ao Governo Federal a manutenção das ações com um orçamento adequado,
556 garantindo a melhoria do sistema e a continuidade dos programas. O Representante do FONSET
557 concordou com as colocações dos Representantes da Força Sindical e da CGT, do ponto de vista
558 do sistema público de emprego e da falta de recursos para manutenção da estrutura existente.
559 Fazendo referência à colocação do Representante da Força Sindical sobre a redução de recursos
560 *versus* aumento de eficiência, observou ser fruto de uma política que premiava o desempenho,
561 relacionado ao número de colocados nos estados, além da informatização e equipagem do SINE
562 e SIGAI. Ressaltou a necessidade atual do SINE de modernização da intermediação de mão-de-
563 obra, disponibilizando cartões para consulta de vagas de emprego, evitando, assim, gastos com

564 deslocamento, já que o transporte era fator de exclusão, bem como implantar o sistema
565 semelhante ao SIGAI desenvolvido no Paraná, em esfera nacional. Considerou que, sendo
566 política do Governo diminuir custeio e aumentar investimentos, o mesmo deveria ser feito no
567 sistema de atendimento ao trabalhador e de intermediação de mão-de-obra, o que seria um bom
568 argumento para o Ministério do Trabalho e Emprego apresentar à Secretaria de Planejamento.
569 Realçou a contradição entre a realidade social e a proposta orçamentária, comentando que a
570 avaliação de 2003 indicava a necessidade de aumentar o recurso da intermediação de mão-de-
571 obra, o recurso geral para o sistema público de emprego, as parcerias de centrais e estados e de
572 desenvolver uma rede de proteção ao trabalhador. O Representante do FONSET observou que a
573 contribuição do FAT para o esforço de ajuste fiscal do governo era representada pelo superávit
574 criado a partir dos investimentos do Fundo em rendimentos extra-mercado, não havendo
575 necessidade de impor uma redução de custos com os programas, e sim promover mais
576 investimentos para reduzir o desemprego nas camadas mais pobres da população, aproveitando o
577 crescimento econômico, o que era função do Ministério do Trabalho e Emprego. Indagado pelo
578 Representante da CGT, se o FONSET iria lutar contra o orçamento de 2005, o Representante do
579 FONSET afirmou essa disposição, ressaltando a importância do afinamento dos discursos do
580 Ministério do Trabalho, das Centrais e do FONSET para falar com o Ministério do
581 Planejamento, possibilitando uma ação conjunta no que dizia respeito ao sistema de proteção ao
582 trabalhador. O Representante da Força Sindical destacou que o prazo para este encontro urgia,
583 visto ser dia 30 a reunião do CODEFAT, quando, então, o Representante do FONSET sugeriu
584 que fosse agendada uma reunião para que o sistema público de emprego não fosse penalizado. O
585 Subsecretário da SPOA agradeceu pela oportunidade de participar da reunião e apresentar a
586 proposta orçamentária. Lembrou que não se tratava de uma peça definitiva, devendo passar por
587 várias etapas de discussão, dentro do Ministério, na consolidação das propostas de Governo, na
588 chancela do Presidente da República e no Congresso Nacional, destacando os limites
589 apresentados na lei para execução durante o ano seguinte, e a disputa política envolvida na
590 alocação de escassos recursos, com demandas variadas. Manifestou a intenção do Ministro
591 Berzoini de manter a transparência na condução das definições sobre orçamento, e ressaltou sua
592 postura de abertura de espaço para discussão junto à equipe econômica e à equipe de
593 planejamento, o incentivo ao trabalho conjunto dentro do Conselho e a articulação junto ao
594 Congresso Nacional, endossando a eficácia da pressão dos atores beneficiários ou parceiros no
595 âmbito do Congresso Nacional para viabilizar o orçamento, condizente com o cenário econômico
596 atual. Por fim, colocou-se à disposição para esclarecimentos e fornecimento de informações. O
597 Coordenador do GAP, sobre o **Item nº 3 – Definição da sistemática de acompanhamento das**

598 seguintes linhas de crédito e Programas com recursos do FAT: FAT – Empreendedor
599 Popular, no âmbito do PROGER – Urbano; PROGER – Urbano Micro e Pequena
600 Empresa – Capital de Giro, no âmbito do PROGER – Urbano; Programa de Geração de
601 Emprego e Renda na Indústria de Construção Civil – FAT – HABITAÇÃO; Programa de
602 Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador III –
603 PROEMPREGO III; e, Programa de Geração de Emprego e Renda na Indústria da
604 Construção Civil para Revitalização de Imóveis em Centros Urbanos Degradados e Sítios
605 Históricos – FAT - REVITALIZAÇÃO, informou que, devido ao adiantado da hora, o mesmo
606 seria discutido em uma próxima reunião. **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar e esgotada
607 a Pauta, a reunião foi encerrada. E, para constar, eu, Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior,
608 Secretário-Executivo do CODEFAT e Coordenador do GAP/CODEFAT, lavrei a presente Ata,
609 que, após aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JÚNIOR _____
Coordenador do GAP e Secretário-Executivo do CODEFAT

GUILHERME ARRUDA ACCIOLY _____
Representante Titular do BNDES

VANESSA MEIRELES BARRETO CHERVENSKI _____
Representante Suplente do MPS

MARLI TIEMI GUSHIKEN _____
Representante Suplente do MAPA

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO _____
Representante Titular da CGT

LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO _____
Representante Titular da Força Sindical

PEDRO CÉSAR AGUILAR PEREZ _____
Representante Titular da SDS

SIDICLEI DA SILVA PATRÍCIO _____
Representante Suplente da CUT

MARCO ANTÔNIO REIS GUARITA _____
Representante Titular da CNI

DAGMAR MARIA DE SANT'ANNA MARTINS _____
Representante Titular da CNC

OCTÁVIO DE LAZARI JÚNIOR _____
Representante Titular da CNF